

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:

desigualdades nos movimentos de moradia

Maria Raphaela Cristiny de Oliveira¹

Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva²

Priscilla Brandão de Medeiros³

RESUMO: O artigo ora apresentado tem como objetivo analisar o processo de feminização da pobreza, a partir de uma visão de totalidade da realidade social, tomando como objeto de reflexão os resultados do Programa Habitacional “Casa Verde e Amarela” a partir da realidade de Caicó/RN. Como caminho metodológico, é uma pesquisa qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, guiada pelo Materialismo Histórico-dialético, por compreender que o método em voga possibilita enxergar a essência das contradições sócio-históricas que permeiam a sociedade burguesa. Entendemos que numa sociabilidade capitalista, aguçada pelo neoliberalismo, racismo e patriarcado, as mulheres são as que mais sentem os reflexos das marcas da expropriação e da pobreza, por isso, a importância do desenvolvimento de estudos que evidenciem as marcas precárias em que elas (nós) vivem (vivemos) no tocante ao acesso aos direitos sociais.

Palavras-chave: Pobreza; Mulheres; Políticas Sociais.

ABSTRACT: The article presented here aims to analyze the process of feminization of poverty, from a vision of the totality of social reality, taking as an object of reflection the results of the Housing Program “Casa Verde e Amarela” from the reality of Caicó/RN. As a methodological path, it is a qualitative research, with a bibliographical and documentary approach, guided by Historical-dialectical Materialism, understanding that the method in vogue makes it possible to see the essence of the socio-historical contradictions that permeate bourgeois society. We understand that in a capitalist sociability, sharpened by neoliberalism, racism and patriarchy, women are the ones who most feel the reflections of the marks of expropriation and poverty, therefore, the importance of developing studies that show the precarious marks in which they (we) live (we live) in terms of access to social rights.

Keywords: Poverty; Women; Social politics.

¹ Assistente Social na SEMTHAS-Caicó-RN. Discente no curso de Administração Pública – CCSA/UFRN; raphaelacristiny@yahoo.com.br

² Assistente Social, mestranda pelo Programa de Pós- Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRN); ozeanealbuquerque@yahoo.com.br;

³ Assistente Social, doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRN); pbm0_4@hotmail.com

PROMOÇÃO



1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o processo de feminização da pobreza. Para tanto, possui, como objeto de reflexão, os resultados do Programa Habitacional “Casa Verde e Amarela”, a partir da realidade do município de Caicó, situado na região do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.

A “feminização da pobreza” é um fenômeno complexo, em que se faz necessário ampliar as concepções de pobreza, enquanto categoria multidimensional, de natureza política, econômica e social. Além disso, requer analisar que as políticas sociais brasileiras são respostas do Estado às expressões da questão social, as quais se dão de modo seletivo, focalizado e fragmentado, predominando um viés assistencialista, o que culmina com o não enfrentamento, de fato, das desigualdades de classe, raça e gênero.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, guiada pelo método crítico dialético, por considera-lo imprescindível para o entendimento da realidade e da totalidade que envolve o objeto estudado.

Encontra-se, didaticamente, dividido em três tópicos, em que primeiramente apresenta uma rápida contextualização acerca da natureza das políticas sociais, situando a análise da pobreza enquanto categoria que possui uma dimensão multidimensional. Num segundo momento, traz reflexões sobre as desigualdades sociais, com enfoque na dimensão de gênero, com a finalidade de introdução do debate sobre a feminização da pobreza. Por fim, discorre sobre o Programa Habitacional “Casa Verde e Amarela”, substanciando o debate, com recorte de gênero, a partir de dados coletados no Departamento de Habitação Social e Regularização Fundiária (DEHARF), do município de Caicó/RN.

2 CAPITALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS E POBREZA

É consenso, na literatura crítica, considerar que as políticas sociais se constituem em mecanismos do Estado enquanto respostas às expressões da questão

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



social, as quais se relacionam ao surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista. De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 51):

As políticas sociais e a formação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

No entanto, mesmo acatando tal consenso, Behring e Boschetti (2011), nos advertem que, se partimos da realidade através do método crítico dialético, a análise do surgimento das políticas sociais requer sair da aparência, do imediatismo, o que exige levar em consideração elementos que envolvem a dimensão da totalidade social.

As autoras supracitadas defendem que as políticas sociais surgem a partir da dimensão da múltipla causalidade, o que envolvem diversos fatores, como: história, política, cultura e economia, os quais não devem ser tomados de modo isolado, e sim, articulados entre si.

Ainda segundo elas, a reflexão sobre o surgimento das políticas sociais pressupõe levar em consideração pelo menos três elementos: O primeiro se refere ao próprio modo de produção capitalista, ao seu ciclo de produção, reprodução e dominação; o segundo se relaciona ao Estado e a suas funções protetivas, enquanto executor das políticas sociais; já o terceiro elemento se articula diretamente à natureza das classes sociais, principalmente no que se refere às formas de organização, reivindicação e lutas coletivas.

Nessa mesma perspectiva, é importante destacar, conforme salienta Netto (2011), que as repostas do Estado às expressões da questão social, enquanto política social pública, surgem apenas a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Assim, as repostas do Estado assumem um viés sistemático e estratégico, uma vez que passam a incidir nas expressões da questão social e operar no controle

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



da força de trabalho, ou seja, da classe trabalhadora, com o objetivo de ajustamento e controle.

Ainda com base em Netto (2011), mesmo que as políticas sociais sejam mecanismos de respostas às expressões da questão social, deve-se salientar que possuem um caráter fragmentado, ou seja, são direcionadas a determinadas particularidades, entendidas enquanto problemas individuais, sem nexos com a totalidade que envolve a realidade de vida da classe trabalhadora.

Esse tratamento individualista oferecido pelo Estado, relaciona-se à própria natureza da sociabilidade burguesa, de culpabilização das famílias (e indivíduos) diante de suas condições de vida, bem como responsabilização pela tarefa de proteção e cuidado, cabendo aos/às mesmos/as o “aproveitamento” das “oportunidades”.

Tomando por base o debate acerca das políticas sociais, a categoria Pobreza surge como central do direcionamento da agenda dos governos para pensar a elaboração de estratégias de enfrentamento dela. De acordo com Silva, Yazbek e Couto (2016), a pobreza é uma categoria que remete a uma dimensão multidimensional, em que é imprescindível a análise da totalidade. Nessa perspectiva, não deve ser compreendida apenas como ausência de recursos, uma vez que sua dimensão é econômica, mas também política, histórica, social e cultural.

É importante salientar que a pobreza se relaciona diretamente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como a todo um contexto de violações e não acesso a direitos. Nesse sentido, não é um fenômeno natural e sim reflexo das contradições geradas a partir do acirramento das desigualdades entre capital e trabalho.

No que tange à realidade brasileira, as autoras acima mencionadas destacam o quanto a pobreza é um elemento estrutural e presente no processo de formação sócio-histórico do país, reflexo da extrema desigualdade de classe, raça e gênero.

Ao analisar as respostas do Estado brasileiro às expressões da questão social, encontramos uma predominância da incidência sobre a pobreza, a qual se aglutina a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



outras, como relacionadas à dificuldade em acessar direitos, como: trabalho, saúde, moradia e educação. No entanto, conforme Silva (2010), a política social brasileira possui traços históricos, em que o assistencialismo, focalização e seletividade são predominantes.

Desta forma, a partir do exposto, é que compreendemos o acirramento das desigualdades e, portanto, da pobreza, ocorrida em decorrência da pandemia da COVID-19.

De acordo com Behring e Boschetti (2021) a pandemia desnudou uma realidade histórica em nosso país, ou seja, a existência de uma profunda desigualdade de classe, raça e gênero, que pode ser visualizada através do aprofundamento da pobreza, em especial entre mulheres negras. De igual modo, desvelou o desmonte da Seguridade Social, impactada pelas investidas neoliberais.

O que se constata, assim, é que as políticas sociais, no contexto atual, permanecem com suas características históricas, marcadas pelo assistencialismo e focalização na população mais pobre. Nesse sentido, reafirmam o seu caráter de controle e favorecimento da produção e reprodução do capital. De igual modo, a pobreza, entendida em sua dimensão multidimensional, aprofunda-se, evidenciando traços de raça e gênero, o que revela a natureza excludente, racista e patriarcal do capitalismo em nosso país.

3 AS MARCAS DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO: A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Discorrer sobre o acesso a moradia no Brasil, é considerar que essa realidade é permeada por determinações sociais, econômicas, culturais, políticas e, conseqüentemente, impetrada por relações sociais que envolvem aspectos patriarcais de gênero, por identificar que são relações construídas por pessoas suas diversidades humanas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Numa sociabilidade capitalista, aguçada pelo neoliberalismo, racismo e patriarcado, as mulheres são as que mais sentem os reflexos das marcas da expropriação e da pobreza. Diante disso, entendemos que há uma desigualdade estrutural de gênero no tocante aos acessos e políticas sociais que atinjam esses cotidianos mediante a diversidade humana, pois “a pobreza feminina tem maior expressão que a pobreza masculina” (LAVINAS, 1996, p.473).

Com base nisso, entendemos que a feminização da pobreza se configura como um cenário social, econômico, político e cultural que atinge a sociedade, e no caso brasileiro, ainda de forma elementar por sermos um país de capitalismo dependente, colonialista e escravista.

Para ratificar o que sustentamos, trazemos que 51,8% da população brasileira é composta por mulheres, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019, ou seja, o Brasil é um país maciçamente composto por mulheres que, em sua maioria, são pobres. E, nos anos posteriores, dado a crise sanitária devido a pandemia de Covid 19, essa situação se agrava. Segundo o Mapa da Nova Pobreza (2022), a pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021.

No entanto, a terminologia foi desenvolvida a partir da combinação de dois conceitos antagônicos: Pobreza, mediante o entendimento da falta de recursos monetários que impede a obtenção de serviços e bens, e feminização, entendido como as construções sociais de gênero.

O conceito ‘feminização da pobreza’ foi cunhado pela estadunidense Diane Pearce em 1978. Para ela, este é um processo que se inicia quando a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família; e tem que, sozinha, manter a si e a seus filhos (NOVELLINO, 2004, p. 02)

Contudo, fazemos a crítica à utilização conceitual binarista e patriarcalista do termo em voga, uma vez que a compreensão advinda da ausência masculina na composição familiar, cimenta a compreensão de que a esses devem a responsabilização do sustento doméstico familiar e, conseqüentemente, a submissão feminina aos cuidados da reprodução.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Defendemos o entendimento de “feminização da pobreza” a partir de uma visão de totalidade da realidade social, em que milhares de mulheres não acessam os direitos básicos para garantia de sua sobrevivência e, de modo particular, o acesso à moradia, haja vista que, diante dos dados apontados pela realidade do Programa Habitacional “Casa Verde Amarela” (PCVA) Caicó/RN, das 200 famílias cadastradas, 190 foram mulheres consideradas “mulheres chefe de família”, segmento que vamos analisar posteriormente.

Sob esse prisma, vemos por dois focos: o empobrecimento histórico das mulheres, dada as marcas das relações patriarcais de gênero e; a apropriação do capital, via linhas de crédito, de atribuir como critério de privilegiamento das mulheres que são responsáveis pelo sustento familiar nos programas sociais – e aqui, de modo particular, o PCVA.

Dessa forma, compreendemos que essas estratégias, por mais que possibilitem o acesso básico à moradia, não ocasiona uma radicalização da pobreza que essas mulheres vivenciam, como por exemplo: a pauperização que historicamente são submetidas, a divisão sexual do trabalho, as múltiplas violências etc. Assim, percebemos que tais iniciativas são vistas como uma estratégia liberal de fetichização da realidade.

Portanto, a proposta aqui defendida vai de encontro as categorias adotadas pelas instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, as quais deleitam na formação de discursos de acessibilidade de gênero mediante estratégias como: “empoderamento feminino”, empreendedorismo, “autonomia individual”, que nada mais são do que nuances intensificadoras das desigualdades de gênero, como ainda, aspectos desencadeadores da pseudo-autonomia que as mulheres possam atribuir aos seus cotidianos.

Acreditamos que a feminização da pobreza é uma categoria necessária de adensamento teórico – crítico, uma vez que não se trata de uma “nova pobreza”, mas no escancaramento daquilo que historicamente foi negado na realidade das mulheres.

PROMOÇÃO



APOIO



Assim, compreender como essa cena contemporânea se faz presente a partir do real, é imprescindível para (re) pensarmos a direção política atribuída às lutas das mulheres, principalmente quando a temos ancorada no norte feminista.

3.1 RETRATOS DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO SERTÃO DO SERIDÓ POTIGUAR: EQUIDADE DE GÊNERO OU MASCARAMENTO DA REALIDADE?

O Programa Habitacional Casa Verde Amarela (PCVA), para aquisição de empreendimentos habitacionais em áreas urbanas com recurso financeiro do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), foi lançado pelo Governo Federal em 2022, através da Portaria nº 526/2022 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Nessa perspectiva, as famílias selecionadas teriam que se enquadrar no Grupo Urbano -1 (GUrb 1), com renda familiar de até R\$ 2.400,00 (Portaria MDR nº 1.189/2022), que integrem o déficit habitacional local e famílias em áreas de risco de deslizamento de grande impacto, inundações bruscas e processos geológicos ou hidrológicos correlatos em que não seja possível a consolidação sustentável das ocupações existentes. Segundo o art. 10 da Portaria nº 2.042/2022, essas famílias seriam hierarquizadas a partir do requisito de carência habitacional que são:

I - viver em habitação precária, caracterizada por domicílio rústico (aquele cuja parede não seja de alvenaria ou de madeira aparelhada) ou domicílio improvisado (local sem fins residenciais que serve como moradia), comprovada por meio de ateste do Ente Público;

II - encontrar-se em situação de coabitação, caracterizada pela soma das famílias conviventes em um mesmo domicílio que possuam a intenção de constituir domicílio exclusivo, comprovado por meio de autodeclaração;

III - encontrar-se em situação de adensamento excessivo, caracterizado pelo número médio de moradores superior a três pessoas por dormitório, comprovado pela razão entre o número de membros familiares autodeclarados pelo número de dormitórios autodeclarados;

IV - encontrar-se em situação de ônus excessivo com aluguel, caracterizado por famílias que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel, comprovado pela razão de valor expresso em contrato ou recibo de aluguel pela renda familiar mensal;



V - encontrar-se em aluguel social provisório, comprovado por meio de ateste do Ente Público Local; ou

VI - encontrar-se em situação de rua, caracterizada como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória, comprovado por meio de ateste do Ente Público Local.

É importante reforçar que a partir desses elementos citados é que se calcula o déficit habitacional, então a soma deles totaliza a demanda habitacional de uma localidade, influenciando assim no total de produção de moradias que necessita.

Dito isto, o PCVA além de hierarquizar as famílias inscritas de acordo com os requisitos acima mencionados, as famílias teriam que se enquadrar no maior número de critérios que foram:

I - mulher na condição de responsável pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração;

II - pessoa com deficiência na composição familiar, comprovado por laudo médico, até a regulamentação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

III - idoso na composição familiar, comprovado por documento civil no qual conste a data de nascimento do idoso;

IV - criança ou adolescente na composição familiar, comprovado por documento de certidão de nascimento, de guarda ou de tutela;

V - situação de risco e vulnerabilidade, caracterizada pelo atendimento de quaisquer das seguintes condições:

a) ser acompanhado no âmbito da proteção social básica da Política Nacional de Assistência Social, comprovado por meio de ateste do Ente Público Local; ou

b) ser acompanhado no âmbito da proteção social especial da Política Nacional de Assistência Social, comprovado por meio de ateste do Ente Público Local.

E além dos critérios relacionados acima, a Prefeitura de Caicó/RN inseriu através de decreto municipal nº 968/2022 mais um critério que é a família residir no município há pelo menos 05 anos.

Dessa maneira, a partir das normativas referente ao Programa, o cadastro de seleção das famílias foi realizado em Caicó/RN, totalizando 1.045 famílias, sendo que

PROMOÇÃO



APOIO

826 foram consideradas aptas e 219 inaptas, por não se enquadrarem em algum dos requisitos de carência habitacional. Das 826 famílias consideradas aptas, foram selecionadas 260 famílias para o PCVA, sendo 200 dentro do número de unidades habitacionais ofertadas e mais 60 famílias cadastro de reserva.

Sobre isso, lamamoto (2012), nos faz refletir que a inclinação das ações governamentais, sob inspiração neoliberal, na abordagem das necessidades sociais é em favor da privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. Paz e Diniz (2020, p. 44) reforçam:

O ataque às políticas sociais, à política de habitação, se faz por meio de um Estado que não apresenta propostas, que não busca referências em um arcabouço legal e técnico para fazer valer os direitos sociais. O modelo de desenvolvimento econômico excludente do Estado brasileiro aprofunda a desigualdade social e privilegia a concentração de renda, da terra, da riqueza, exerce a função de defensor da vontade dos grupos dominantes, utilizando-se de diversos mecanismos de desmobilização das lutas sociais.

Como foco do artigo em questão é analisar algumas características das “mulheres chefes de família”, a seguir vamos examinar alguns dados extraídos dos cadastros habitacionais do Programa Habitacional.

Assim, observa-se na Tabela 1, sobre a ocupação das “mulheres chefes de famílias”, há a predominância do trabalho autônomo, uma forma de trabalho precarizado, onde não há garantia de direitos trabalhistas. Como aponta Cisne (2015, p.117): “A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados”.

Também é importante analisar que 60 mulheres declararam não trabalhar, sobre isso, o Estudo Estatística de Gênero: indicadores sociais das mulheres do IBGE (2019) traz que 54,5% das mulheres compõem a taxa de participação da força de trabalho, ou seja, estão trabalhando ou procurando emprego e disponível para trabalhar, enquanto que entre os homens essa taxa atingiu a 73,7%, uma diferença de 19,02 pontos percentuais.

Tabela1- Ocupação

Desempregada	6
--------------	---

PROMOÇÃO



APOIO

Não trabalha	60
Emprego informal	5
Autônoma	106
Emprego formal	10
Aposentada	1
Pensionista	2

Fonte: Dados básicos DEHARF. Elaboração própria ,2023.

Na Tabela 2, referente a renda declarada dessas mulheres mostra que a maioria declarou viver com menos de 01 salário mínimo, já relacionado com a precarização do vínculo de trabalho, mencionado na tabela anterior, pois desempenham atividades consideradas menos qualificadas (diaristas, manicure, mototaxistas, lavadeiras, bordadeiras, vendedoras).

Tabela 2 – Renda declarada

Menos de 01 salário mínimo	110
Renda 0	39
01 salário mínimo	15
Mais de 01 salário mínimo	1

Fonte: Dados básicos DEHARF. Elaboração própria ,2023.

Outro dado importante de refletir, nesse contexto de feminização da pobreza, é sobre a quantidade de filhos que estão sob os cuidados dessas mulheres “chefes de família”, uma vez que é imposto às mulheres a função de cuidar dos filhos- outra desigualdade não superada.

O IBGE (2019) aponta que a presença de crianças de até 3 anos de idade vivendo no domicílio impacta na ocupação das mulheres no mercado de trabalho, a proporção de mulheres ocupadas com filhos é de 54,6% e 67,2% das ocupadas sem filhos. O órgão ainda aponta que o nível de ocupação dos homens com filhos pequenos é de 89,2%. O estudo ainda acrescenta que no Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou tarefas domésticas quase o dobro do tempo que os homens-21,4 horas contra 11,0 horas.

Refletindo a realidade das inscritas no PCVA, a maioria tem 02 filhos (81 mulheres), seguido de 46 mulheres que declararam ter 03 filhos, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3-Sobre a quantidade de filhos:

Sem filhos	8
01 filho	37
02 filhos	81
03 filhos	46
04 filhos	12
05 filhos	4
06 filhos	2

Fonte: Dados básicos DEHARF. Elaboração própria ,2023.

A Tabela 4 mostra o quantitativo das inscritas que declararam ser beneficiárias do programa de transferência de renda e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), lembrando que deste último a beneficiária pode ser titular do benefício ou responsável pelo benefício de algum dependente. Nessa perspectiva, segundo o Governo Federal, na folha de pagamento do mês de março de 2023 do programa de transferência de renda (Bolsa Família), 81,2% dos benefícios concedidos estão em nome de mulheres, são 17,2 milhões do total de 21,1 milhões de famílias beneficiárias neste mês. Já o BPC, em março de 2023, pagou no município de Caicó 3.315 beneficiários, tendo como responsável legal pelo benefício 2.196 mulheres.

Tabela 4-Usuárias de programa de transferência de renda e Benefício de Prestação Continuada (BPC- Deficiente e Idoso)

Programa de transferência de renda	139
BPC	29

Fonte: Dados básicos DEHARF. Elaboração própria ,2023.

Portanto, a partir dos dados apresentados infere-se a necessidade de conhecer melhor a realidade das mulheres selecionadas para além do aparente. Isso será possível através do desenvolvimento do trabalho social no programa de

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

habitação a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória que dialogue com as reais necessidades do público-alvo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno da categoria “Feminização da pobreza” é compreendida como um campo fértil para análises de cunho crítico, pois evidenciam as sequelas históricas em que as mulheres vivem e são, em solos capitalistas e neoliberais, apropriadas.

Compreendemos que a elaboração de Programas de transferência de renda, habitacionais, acesso a creches públicas, por exemplo, são importantes, pois otimizam a condição das mulheres, todavia, não são suficientes para romper com a realidade de precarização e exploração em que elas vivem. É importante traçar políticas de Estado, e não somente de Governo, que busquem reconhecer as desigualdades de gênero, raça, classe social, ou seja, a diversidade humana como elemento central para pensar a proposição de respostas diante do contexto de vida da classe trabalhadora.

Dessa forma, percebe-se que o PCVA não considerou a participação social da população usuária, principalmente do público feminino, uma vez que as portarias e regulamentações vieram traçadas pelo governo federal, é necessário que a formulação de tais programas dialogue com a realidade local para atendimento das demandas. Para além da prioridade de inscritas serem para “mulheres chefes de famílias”, é necessário garantir a articulação com outras políticas sociais públicas, tais como: educação, emprego e renda, saúde, assistência social, previdência social, justiça, através de equipamentos sociais acessíveis ao território das moradias a serem viabilizadas pelo Programa.

Portanto, acreditamos que esses seriam passos iniciais para garantia do acesso mínimo para uma qualidade de vida a essas mulheres para superarem a condição de uma realidade frágil de acesso aos direitos sociais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2019.

_____. Portaria nº 1.189, de 14 de abril de 2022. Dispõe da Atualização dos valores de renda bruta familiar dos Grupos Urbanos 1 e 2 - GUrb 1 e 2, e dos Grupos Rurais 1 e 2 - GRural 1 e 2, do Programa Casa Verde e Amarela. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ed. 75, seção 1, pág. 17. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.189-de-14-de-abril-de-2022-394185003>.

_____. Portaria nº 2.042, de 23 de abril de 2022. Dispõe sobre os procedimentos para a definição das famílias beneficiárias de empreendimentos habitacionais no âmbito da linha de atendimento aquisição subsidiada de imóveis em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Casa Verde e Amarela. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ed. 118, seção 1, pág. 29. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.042-de-23-de-junho-de-2022-410029820>.

CAICÓ. Decreto nº 968, de 18 de agosto de 2022. Dispõe sobre os critérios de hierarquização de famílias selecionadas para o Programa Casa Verde Amarela. Prefeitura de Caicó-RN. Disponível em: <https://www.caico.rn.gov.br/decretos.php?id=4776>.

_____. Lista Oficial de Famílias selecionadas para o Programa Casa Verde Amarela Caicó. Disponível em: <https://caico.rn.gov.br/informa.php?id=1129>

CISNE. Mirla. **Gênero, Divisão sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. Estatística de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas- Informação Demográfica e Socioeconômica. nº 38 . 2ª ed, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Lavinas, Lena (1996). **As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro.** *Estudos Feministas*, v.4, n.2, p. 464-479.

“**Mapa da Nova Pobreza**”, Marcelo Neri – 40 págs., Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social. (inclui anexo em separado com atlas de pobreza).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para as Mulheres.** XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2004.

PAZ, Rosângela S. R; DINIZ, Tânia M. R. G. Trabalho Social em habitação: contradições, convocações e redefinições políticas. In: **Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; COUTO, Berenice Rojas. Pobreza como categoria teórica e análise das matrizes que fundamentam o desenho e implementação dos PTRC. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (coord.). **O mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina; estudo comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai.** São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista katálysis.** Florianópolis, V. 13, n.2, 2010.

SZUL, Karoline D. SILVA, Lenir M. da. Feminização da pobreza no Brasil. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais.** Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017.

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/mulheres-sao-responsaveis-familiares-em-81-das-concessoes-do-bolsa-familia>. Acesso em 23 de maio de 2023.

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=240200&aM=0>. Acesso em 23 de maio de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

